

Migração e asilo: entre direito(s), valores e política(s)

Na União Europeia, e depois de tentativas de reforma fracassadas, o Novo Pacto em matéria de Migração e Asilo vem sendo perspectivado como “uma última oportunidade”.

Inês F. Neves, Associada, Morais Leitão

Hoje, 00:10



f

Em 2024, Portugal vai a votos... duplamente. Primeiro em março, para as eleições legislativas. Depois em junho, para as eleições para o Parlamento Europeu. Entretanto, os resultados eleitorais na Suécia em 2022, e, mais recentemente, na Suíça e nos Países Baixos, vão “surpreendendo” e provando como questões há que não podemos pura e simplesmente relegar para assunto *tabu*.

A migração e o asilo são uma delas. São uma realidade que importa gerir, mais do que uma crise que se possa pretender resolver ou ultrapassar. São uma questão de direitos e de valores, não apenas daqueles que *de lá* vêm, mas também daqueles que *aqui* se encontram.

E são, também, e hoje sobretudo, uma questão política e de políticas. *Primo*, porque o direito à proteção e a abertura ao(s) outro(s) não prescindem de uma *reserva do possível*, que toda a política caracteriza. *Secundo*, porque bulem com valores e importam não raras situações de conflito (com a liberdade religiosa positiva e negativa a assumir particular protagonismo). E naturalmente impactantes no voto dos cidadãos... *Tertio*, porque implicam concessões e solidariedade. E *quarto*, porque depressa tendem para a conversão em “arma política”.

Não nos referimos necessariamente à questão da *weaponised migration*. Não, pelo menos, com o sentido que entre nós – União Europeia – adquiriu, na sequência do “patrocínio” da migração irregular em massa pelo governo bielorrusso, e que esteve na origem, aliás, da adoção de uma Proposta de Regulamento relativo à resposta a situações de instrumentalização no domínio da migração e do asilo.

Referimo-nos, antes, a uma divisão fraturante do discurso político em matéria de migração e asilo. Uma divisão entre a exploração populista de narrativas (do medo e da desconfiança) por uns, e o manifesto silêncio de outros, estes últimos, ora pelo receio de uma interpretação enviesada das palavras no contexto de um *cancelamento da(s) liberdade(s)*, ora pela sensação de verdadeira impotência perante uma realidade cujos dilemas superam as respostas.

Na União Europeia, e depois de tentativas de reforma fracassadas, o Novo Pacto em matéria de Migração e Asilo vem sendo perspectivado como *uma última oportunidade*, num contexto qualificável como de “emergência”, ainda que não já de “crise”.

Todavia, se é certo ser esta uma questão que, pela sua complexidade e pelos princípios em que labora (ou que pretende *promover à força*), reveste dimensão europeia, é sobretudo ao nível dos Estados-membros que os seus efeitos se fazem sentir. E é também aos Estados-membros que cabe a responsabilidade primeira pela garantia que a proteção (de uns/umas) não descure a proteção (de outras/outros), numa visão da tolerância como respeito. Enquanto *rua de dois sentidos*. E que só faz sentido quando é recíproca. Não apenas pelos que *acolhem*, mas, e também, pelos que *são acolhidos*.

A final, constatar-se-á como o problema não reside propriamente na migração ou no asilo. Uma, pela respetiva importância económico-social. O segundo, por ser o seu tratamento imperativo simultaneamente moral e jurídico.

A final, tudo residirá, antes, na gestão e na diferenciação de realidades. Entre o asilo e a migração. Entre a migração legal e ilegal. Entre um enquadramento político-jurídico seguro e célere, não agnóstico a critérios e preocupações de racionalidade, capacidade e, acima de tudo, inclusão social. E um outro (enquadramento), que a tudo pretendendo dar resposta, em todas as frentes acaba por se revelar falho.

Enfim, o elenco poderia continuar: entre a atividade humanitária de busca e de salvamento e os grupos de criminalidade organizada de passadores de migrantes e traficantes de seres humanos. Entre a celebração de parcerias com países terceiros (de origem, trânsito e destino) para reforço de capacidades e promoção de campanhas de informação (por exemplo), e a tentativa apressada de chegar a acordos de efetividade duvidosa e legitimidade criticável.

A migração e o asilo são, de facto, questões complexas. E *pouco dadas*, portanto, *a discursos fáceis*.

Parte dessa sua complexidade logra, porém, ser mitigada com o amparo da Política e do Direito, dos Estados e da União. Importa que, no caminho, se não esqueçam as premissas: os direitos e os valores. Mas, e também, a importância de uma perceção realista do possível, com antecipação dos potenciais efeitos de um esquecimento do Estado-comunidade de povo, e da Europa-comunidade de valores.

A perpetuação do silêncio será apenas ingrediente adicional para o agravamento do que ora se converte em *status quo*: a sinalização, por *uns poucos*, de falhas e problemas traduzidos segundo quadros simplistas e não raras vezes desumanos. Enfim, como arma política. Há outros caminhos...

RECOMENDADO



SOCIEDADE ABERTA

Portugal na vanguarda da Revolução Energética até 2030

Tiago Santos, CEO da Enlitia

A transição de Portugal para alcançar 100% de energia renovável até 2030 representa um desafio formidável, onde convergem vantagens e barreiras.



COLUMNISTAS

A dor maior

Nuno Vinha

Perguntas na senda da compra secreta de ações dos CTT ordenada pelo Governo. Quantas mais operações destas não terão sido feitas? Com que verdadeiros objetivos? A falta de transparência é um caminho escorregadio.



ENSAIOS

2024, ano de riscos e incertezas

Gonçalo Marcelo, Investigador no Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, Universidade de Coimbra

Às incertezas do cenário internacional, que incluem o do comportamento da economia europeia, que tem vindo a abrandar, juntam-se as múltiplas crises herdadas da última legislatura, porventura com os problemas de sempre à cabeça: habitação, saúde e educação.